

# **Lojas Colombo S.A. - Comércio de Utilidades Domésticas e Empresas Controladas**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2019 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e Diretores da  
Lojas Colombo S.A. - Comércio de Utilidades Domésticas

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lojas Colombo S.A. - Comércio de Utilidades Domésticas ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Lojas Colombo S.A. Comércio de Utilidades Domésticas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócios do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 2 de abril de 2020



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS



Ricardo Schenk Duque  
Contador  
CRC nº 1 RS 060571/O-0

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas:

Atendendo às disposições legais e estatutárias a administração de Lojas Colombo S.A. – Comércio de Utilidades Domésticas e Controlada submete à apreciação dos acionistas as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

### Mensagem da Administração

Concluímos 2019 realizando crescimento de 3.32% de receita bruta com vendas comparada a 2018, considerando o mesmo contingente de lojas. O resultado do exercício apresentou resultado negativo de R\$ 7.7 milhões e um EBITDA de R\$ 32,5 milhões.

A instabilidade econômica percebida em 2018 manteve-se, restringindo a capacidade de compra e a disponibilidade de crédito dos consumidores, causando impacto direto na performance comercial das operações. Face ao cenário de mercado, a Administração redobrou a atenção sobre as variáveis controláveis, estimulando o potencial das pessoas nos diversos times, de modo a promover a sinergia e a criatividade para construir novas soluções e possibilidades. Fortalecemos os processos e ferramentas de gestão no eixos Pessoas, Mercado, Suprimentos, Logística e Tecnologia da Informação. Envidamos esforços para contingenciar operações e situações deficitárias, para conter perdas e para aproveitar as estreitas oportunidades existentes, obtendo efeitos positivos nestas iniciativas. Obtivemos ganhos de produtividade, reduzimos custos operacionais, reestruturamos processos e rotinas em todas as áreas, conquistando maior agilidade e objetividade.

Fundamentamos a estratégia conduzida em 2019 no sentido de potencializar o maior patrimônio intangível da empresa: a marca Lojas Colombo e o legado irrefutável representado pela proximidade e pela preferência dos consumidores no sul do país. Estabelecemos a Inovação como fator competitivo central, convictos desta iniciativa como força determinante para perpetuar a Companhia, fator de sustentabilidade econômico-financeira no longo prazo. Na esteira do movimento de transformação digital experimentado mundo afora, nos associamos à Hélice, iniciativa disruptiva, que integra de forma colaborativa organizações de excelência, orientadas pela afinidade de propósitos e pela disponibilidade em co-criar soluções, pilotar projetos e compartilhar recursos para exponencializar resultados.

Fieis aos princípios de empreendedorismo e da evolução contínua, mesmo diante do cenário de restrição de mercado, investimos no segmento de produtos e serviços *pet*. O comportamento humano ao longo da história evidencia o profundo vínculo emocional que construímos com animais de estimação. A consideração e os sentimentos que as pessoas mantêm em relação aos animais, os integra às famílias humanas, gerando um dos mercados de maior efervescência no Brasil e no mundo. Desta forma, COLOMBO CASA PET nasce predestinada ao sucesso. A proposta inovadora de rede de varejo petshop, posicionada de forma ímpar, baseada na diferenciação de atendimento e nos pilares instituídos pelo Fundador e Presidente, Sr. Adelino Colombo.

Avançamos em todas as frentes, mantendo investimentos, eliminando ineficiências, reestruturando operações, desenvolvendo e implantando novas ferramentas e processos. Implantamos a Inteligência de Varejo, com recursos de Business Intelligence: estrutura particularmente calibrada para o nosso contexto competitivo que nos permitirá coletar, processar dados, compreender movimentos e desenvolver ações para oferecer respostas de mercado à altura das metas e objetivos que planejamos. Dentre as transformações tecnológicas conquistadas destacamos a bem-sucedida implantação do WMS (*Warehouse Management System*) que possibilitou um grande avanço na automatização dos Centros de Distribuição e na gestão dos estoques, gerando ganhos em qualidade, eficiência e custos. A Universidade Colombo conduziu a Formação e Desenvolvimento de Gerentes, Trainees e Vendedores em Imersões Presenciais no Centro Administrativo, com a mesma intensidade a Plataforma de Ensino a Distância, abrangeu praticamente 100% do efetivo da empresa, para todos os cargos da Companhia. Entendemos estes vultosos investimentos como a construção da base ao crescimento que indispensavelmente ocorrerá nos anos vindouros.

Seguiremos com ações estratégicas desenvolvidas no exercício anterior, tais como a revitalização de dezenas de lojas e a disponibilização de rede de internet sem fio nas lojas, que facilitará a informação, comunicação e concretização de vendas. Para eliminar tarefas repetitivas implantaremos o RPA Robotic Process Automation, que proporcionará ganhos de eficiência e redirecionamento de talentos humanos para funções dirigidas a função-fim do Negócio. Agimos no objetivo de conectar pessoas em tempo real, entregando informações, facilitando canais e integrando diferentes plataformas de relacionamento e de comercialização no conceito omnichannel.

Esses projetos relevantes, naturalmente, são acompanhados através do orçamento. Neste contexto, os custos da companhia apresentaram uma manutenção de seus patamares, com um pequeno aumento de 1.84%, ainda abaixo da inflação de 4.31% (IPCA) em 2019, frente as consecutivas reduções ocorridas nos anos anteriores, resultado das ações de melhorias de processos aplicadas.

Comparativamente ao exercício anterior, destacamos os seguintes indicadores da Companhia:

R\$ mil	Controladora		
	2019	2018	Varição
Destaques			
Vendas mesmas lojas – Mercantil (Gerencial)	1.447.580	1.401.123	3,32%
Receita Bruta (ano)	1.524.387	1.474.567	3,38%
Lucro Líquido (ano)	-5.732	9.554	-160,00%
Estoques (em dezembro)	195.200	236.154	-17,34%
Empréstimos e financiamentos (em dezembro)	28.295	21.858	29,45%
Resultado financeiro	-7.672	3.555	-315,81%
Ebtida	32.517	16.953	91,81%
Despesas com vendas e gerais e administrativas (ano)	-332.833	-326.820	1,84%

O resultado das ações da gestão também pode ser observado pelos prêmios de reconhecimento de mercado em que a companhia historicamente vem sendo agraciada nas áreas de recursos humanos, tecnologia,

operações, marketing, entre outros. Dentre eles, destacamos os prêmios: Marcas de Quem Decide (Jornal do Comércio), Top Of Min RS (Revista Amanhã), 500 Maiores do Sul (Revista Amanhã).

Por fim, aos colaboradores, aos acionistas, aos fornecedores e às instituições financeiras nossa gratidão pela confiança depositada nesta Administração. Consideramos vossa confiança um fator determinante para o crescimento, para a prosperidade e para a perpetuidade de Lojas Colombo.

O Desafio Colombo 2020 está posto e a organização está completamente voltada ao tema do ano: **"Inovar para Vender, Inovar para Vencer"**.

Farroupilha, 10 março de 2020.

A ADMINISTRAÇÃO

LOJAS COLOMBO S.A. - COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado			Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018		
<b>ATIVO</b>						<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.420	9.305	22.618	9.306	Fornecedores e outras obrigações		222.855	219.388	222.855	219.388
Contas a receber de clientes	5	303.652	271.508	303.652	271.508	Empréstimos e financiamentos	14	22.715	19.712	22.715	19.712
Estoques	6	195.200	236.154	195.200	236.154	Arrendamentos a pagar	12	26.094	-	26.094	-
Impostos a recuperar	7	46.543	13.189	46.599	13.191	Salários e encargos sociais		24.420	25.198	24.420	25.198
Dividendos a receber	8 (a) e 11	2.254	2.789	7.425	3.057	Impostos, taxas e contribuições	16	23.686	20.279	23.687	20.279
Outras contas a receber		19.522	23.541	19.522	23.541	Tributos parcelados	17	2.375	2.346	2.375	2.346
Total Ativo Circulante		<u>574.591</u>	<u>556.486</u>	<u>595.016</u>	<u>556.757</u>	Débitos com partes relacionadas	13	8.792	10.123	8.792	10.123
						Dividendos propostos	16	-	1.817	-	1.817
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						Outros passivos		<u>20.505</u>	<u>12.750</u>	<u>20.505</u>	<u>12.750</u>
Depósitos judiciais	15	9.078	10.371	9.078	10.371	Total do passivo circulante		<u>351.442</u>	<u>311.613</u>	<u>351.443</u>	<u>311.613</u>
Créditos com partes relacionadas	11	4.665	4.755	4.665	4.755	<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Contas a receber de clientes	5	653	369	653	369	Empréstimos e financiamentos	14	980	2.146	980	2.146
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	19.647	11.901	19.647	11.901	Arrendamentos a pagar	12	55.191	-	55.191	-
						Tributos parcelados	17	17.894	19.518	17.894	19.518
<b>INVESTIMENTOS</b>						Provisão para riscos tributários cíveis e trabalhistas	15	<u>5.994</u>	<u>9.054</u>	<u>5.994</u>	<u>9.054</u>
Em controladas e controladas em conjunto	9	67.570	68.700	47.146	68.429			<u>80.059</u>	<u>30.718</u>	<u>80.059</u>	<u>30.718</u>
Outros		1.602	1.602	1.602	1.602	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<u>431.501</u>	<u>342.331</u>	<u>431.502</u>	<u>342.331</u>
Intangível	10	10.446	9.601	10.446	9.601	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Direito de uso de arrendamentos	12	73.871	-	73.871	-	Capital social	18	190.000	190.000	190.000	190.000
Imobilizado	11	<u>44.061</u>	<u>57.192</u>	<u>44.061</u>	<u>57.192</u>	Reserva de lucros	18	<u>184.683</u>	<u>188.646</u>	<u>184.683</u>	<u>188.646</u>
Total Ativo Não Circulante		<u>231.593</u>	<u>164.491</u>	<u>211.169</u>	<u>164.220</u>	Total do patrimônio líquido		<u>374.683</u>	<u>378.646</u>	<u>374.683</u>	<u>378.646</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>806.184</u>	<u>720.977</u>	<u>806.185</u>	<u>720.977</u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>806.184</u>	<u>720.977</u>	<u>806.185</u>	<u>720.977</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LOJAS COLOMBO S.A. - COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>OPERAÇÕES</b>					
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	1.163.319	1.223.457	1.163.319	1.223.457
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		<u>(860.496)</u>	<u>(915.884)</u>	<u>(860.496)</u>	<u>(915.884)</u>
LUCRO BRUTO		<u>302.823</u>	<u>307.573</u>	<u>302.823</u>	<u>307.573</u>
Despesas com vendas	21	(180.249)	(172.349)	(180.249)	(172.349)
Despesas gerais e administrativas	21	(152.585)	(154.471)	(153.335)	(154.486)
Outros ganhos, líquidos	23	14.713	11.753	14.713	11.753
Resultado de equivalência patrimonial	9	<u>9.492</u>	<u>11.743</u>	<u>9.976</u>	<u>11.758</u>
		<u>(308.629)</u>	<u>(303.324)</u>	<u>(308.895)</u>	<u>(303.324)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(5.806)</u>	<u>4.249</u>	<u>(6.072)</u>	<u>4.249</u>
Despesas financeiras	22	(10.927)	(3.337)	(10.927)	(3.337)
Receitas financeiras	22	<u>3.255</u>	<u>6.892</u>	<u>3.524</u>	<u>6.892</u>
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		<u>(7.672)</u>	<u>3.555</u>	<u>(7.403)</u>	<u>3.555</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA e da contribuição social		(13.478)	7.804	(13.475)	7.804
Imposto de renda e contribuição social	24	<u>7.746</u>	<u>1.750</u>	<u>7.746</u>	<u>1.750</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>(5.732)</u>	<u>9.554</u>	<u>(5.729)</u>	<u>9.554</u>
Lucro (prejuízo) por ação (básico e diluído) durante o exercício (expresso em r\$ por ação) - de operações continuadas	19	(1,41)	2,35		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LOJAS COLOMBO S.A.- COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(5.732)	9.554	(5.729)	9.554
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(5.732)</u>	<u>9.554</u>	<u>(5.729)</u>	<u>9.554</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

LOJAS COLOMBO S.A.- COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de lucros				Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Incentivos fiscais	Legal	Para futuro aumento	Reserva para compra de próprias ações			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		190.000	2.674	16.066	114.000	19.000	27.275	-	369.015
Reversão de dividendos	18 b	-	-	-	-	-	-	1.894	1.894
Lucro líquido do exercício	18 b	-	-	-	-	-	-	9.554	9.554
Destinações:									
Reserva legal	18 b	-	-	478	-	-	-	(478)	-
Subvenção para investimento	21	-	1.806	-	-	-	-	(1.806)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18 b	-	-	-	-	-	-	(1.817)	(1.817)
Transferência para reservas de lucros	18 b	-	-	-	-	-	7.347	(7.347)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		190.000	4.480	16.544	114.000	19.000	34.622	-	378.646
Reversão de dividendos	18 b	-	-	-	-	-	-	1.770	1.770
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(5.732)	(5.732)
Absorção de reservas de lucros		-	-	-	-	-	(3.962)	3.962	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		190.000	4.480	16.544	114.000	19.000	30.660	-	374.683

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LOJAS COLOMBO S.A.- COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(13.478)	7.803	(13.475)	7.803
Ajustes:					
Depreciação e amortização		12.955	12.707	12.955	12.707
Amortização direito de uso		25.693	-	25.693	-
Ganho na alienação/ baixa de imobilizado e intangível		15.651	658	15.651	658
Resultado de subsidiárias e controladas em conjunto reconhecidas por equivalência patrimonial	8	(9.492)	(11.744)	(9.976)	(11.757)
Despesas financeiras	20	10.386	1.014	10.386	1.014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	1.229	4.453	1.229	4.453
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	13	(3.060)	3.378	(3.060)	3.378
Ajuste a valor presente de clientes, estoques e fornecedores		97	(1.221)	97	(1.221)
Receita não realizada		(634)	(83)	(634)	(83)
Provisão (reversão) perda de estoques		(469)	(1.471)	(469)	(1.471)
		38.878	15.494	38.397	15.481
Variações no capital circulante:					
Contas a receber de clientes		(28.957)	(19.485)	(28.957)	(19.485)
Estoques		37.385	(18.721)	37.385	(18.721)
Impostos a recuperar		(33.354)	11.696	(33.409)	11.696
Depósitos judiciais		1.293	(2.794)	1.293	(2.794)
Créditos com partes relacionadas		90	235	90	235
Outros ativos		4.019	(498)	4.019	(498)
Fornecedores		3.919	18.032	3.919	18.032
Impostos, taxas e contribuições		742	(3.247)	742	(3.247)
Débitos com partes relacionadas		(303)	(211)	(303)	(211)
Juros pagos		(9.098)	(5.232)	(9.098)	(5.232)
Outros passivos		6.267	(1.067)	6.267	(1.067)
Fluxo de caixa aplicadas nas atividades operacionais		20.881	(5.798)	20.345	(5.811)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	1.207	-	1.207
Caixa líquido atividades operacionais		20.881	(4.591)	20.345	(4.604)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aquisições de imobilizado		(12.852)	(6.456)	(12.852)	(6.456)
Aquisições de ativos intangíveis		(4.922)	(5.608)	(4.922)	(5.608)
Adição de investimentos		-	(437)	-	(437)
Valor recebido pela venda de imobilizado		1.454	161	1.454	161
Dividendos recebidos		11.157	11.009	26.890	11.009
Caixa líquido atividades de investimentos		(5.163)	(1.331)	10.570	(1.331)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Novos empréstimos		41.764	33.081	41.764	33.081
Novos mútuos com partes relacionadas		562	550	562	550
Pagamento de empréstimos		(35.305)	(20.958)	(35.305)	(20.958)
Pagamento de mútuos com partes relacionadas		(1.698)	(1.137)	(1.698)	(1.137)
Pagamento de arrendamentos		(22.879)	-	(22.879)	-
Dividendos pagos e lucros distribuídos		(47)	(50)	(47)	(50)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		(17.603)	11.486	(17.603)	11.486
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS		(1.885)	5.564	13.312	5.550
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	9.305	3.741	9.306	3.756
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	7.420	9.305	22.618	9.306

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LOJAS COLOMBO S.A. - COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Lojas Colombo S.A. - Comércio de Utilidades Domésticas e suas empresas controladas e controladas em conjunto ("Companhia" ou "Lojas Colombo") é uma sociedade por ações fechada com sede em Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul, com atuação nos Estados da Região Sul, cujo acionista principal é a AR Colombo S.A. Administração e participações, com participação de 97,4185%.

A Companhia tem por objeto o comércio de produtos eletrodomésticos, móveis em geral, pneus e peças automotivas e a participação em outras empresas cujos objetivos são operações de crédito e de seguros aos produtos comercializados, como atividades complementares e assessorias ao negócio principal.

A Companhia realiza vendas utilizando-se a modalidade de financiamento Crédito Direto ao Consumidor (CDC), o qual é substancialmente operado pelo empreendimento controlado em conjunto - Crediare S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, bem como operações com cartão de crédito.

As partes relacionadas abaixo mencionadas possuem as seguintes razões sociais e podem ser identificadas nessas demonstrações financeiras pelas seguintes denominações:

- A.R. Colombo Administração e Participações S.A. ("A.R. Colombo").
- Colmagi Atacadista S.A. ("Colmagi").
- Correfar Corretora de Seguros S.A. ("Correfar").
- Crediare S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Crediare").
- Farroupilha Administradora de Consórcios Ltda. ("Consórcio Farroupilha").
- Josema Administração e Participação S.A. ("Josema").
- Colombo Motos S.A. ("Colombo Motos").

As presentes demonstrações contábeis foram autorizadas a sua emissão pelo Conselho de Administração da Companhia em 19 de março de 2020.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e documentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos mencionados nas notas explicativas a seguir. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota nº 3.

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

## 2.2 Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada Josema Administração e Participação S.A. (participação de 100%).

Nas demonstrações contábeis consolidadas as informações financeiras do empreendimento controlado em conjunto na Crediare S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

### a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle e influência no negócio. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda ("impairment") do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

### b) Empreendimentos controlados em conjunto

Empreendimentos controlados em conjunto ("joint ventures") são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em empreendimento controlados em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

## 2.3 Moeda funcional

### a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

## 2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

## 2.5 Ativos financeiros

### 2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

#### a) Custo amortizado

Os ativos financeiros classificados na categoria custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros da Companhia compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber de clientes" e "Créditos com partes relacionadas" (notas nº 4, nº 5 e nº 11).

### 2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

### 2.5.3 "Impairment" de ativos financeiros

#### a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de "impairment" são incorridos somente se há evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido desde o reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda esperada") e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. As evidências de perda do valor recuperável podem incluir indícios de que os devedores (ou grupo de devedores) estão passando por dificuldades financeiras significativas, moratória ou inadimplência na amortização dos juros ou do principal, probabilidade de que entrem em processo de falência ou outro tipo de reorganização financeira e quando esses dados indicam queda mensurável nos fluxos de caixa futuros, tais como variações em juros moratórios ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplementos.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por "impairment" diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por "impairment" reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

O teste de "impairment" das contas a receber de clientes está descrito na nota nº 5.

### 2.5.4 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não possui operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e atividades de "hedge".

## 2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) ou ("impairment").

O ajuste a valor presente tem como contrapartida a rubrica de contas a receber de clientes e sua realização é registrada como receita de vendas pela fruição do prazo, calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa em 31 de dezembro de 2019 corresponde em média a 1,09% a.m. (31 de dezembro de 2018 - 1,14% a.m.).

## 2.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

## 2.8 Ativos intangíveis

### a) Fundo de comércio na aquisição de pontos comerciais

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidas pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os ativos intangíveis relativos ao Fundo de comércio na aquisição de pontos comerciais, são amortizados linearmente com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 10 que levam em consideração o tempo mínimo de permanência em imóvel alugado ao longo de sua vida útil estimada e sujeitos a testes para análise de redução do seu valor líquido recuperável, em caso de indicação de perda de seu valor recuperável.

### b) Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na nota nº 10.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota nº 10.

## 2.9 Imobilizado

O imobilizado compreende, principalmente, pontos de varejo e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	20-80
Equipamentos de processamento de dados	4-15
Veículos	5-8
Móveis, utensílios	2-25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

#### 2.10 "Impairment" de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido "impairment", são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment" na data de apresentação do relatório.

#### 2.11 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de captação. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa em 31 de dezembro de 2019 corresponde em média a 0,76% a.m. (31 de dezembro de 2018 - 0,75% a.m.).

#### 2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

### 2.13 Provisões

As provisões para demandas judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada ("constructive obligation") como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

### 2.14 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

Nos exercícios de 2019 e de 2018, a alíquota em vigor é de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

### 2.15 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

### 2.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo.

A Companhia reconhece a receita para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos aos clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços, bem como a satisfação de obrigação de desempenho, caso existir.

a) Venda de produtos - varejo

A Companhia opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de eletrodomésticos e outros produtos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando a entidade vende e entrega um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro, por meio de cartão de crédito e financiamento próprio ou com terceiros.

b) Vendas de serviços

A receita de contratos de prestação de serviços é, em geral, reconhecida no período em que os serviços são prestados, usando o método linear de reconhecimento de receita conforme o período do contrato.

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e estão refletidas no resultado no período em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

c) Receita de intermediação financeira

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas "pro rata die" com base no indexador e na taxa de juros pactuados.

d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda ("impairment") é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

## 2.17 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

## 2.18 Reconhecimento de incentivos fiscais - subvenções para investimento

A receita decorrente de incentivos fiscais é reconhecida no resultado na conta "Receita Subvenção Investimentos" no momento da realização do crédito presumido do ICMS concedido pelo Estado do Paraná. Posteriormente, quando do encerramento do exercício, são destinados à rubrica "Reserva Subvenção de Investimentos" no grupo reserva de lucros, no patrimônio líquido.

## 2.19 Normas e interpretações vigentes a partir de 01 de janeiro de 2019

### CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16)

As alterações no CPC 06 (R2) introduziram exigências para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos. A norma alterada estabelece que os arrendatários devem reconhecer o passivo decorrente dos pagamentos futuros dos contratos de arrendamento, em contrapartida do direito de uso do ativo arrendado. A definição de arrendamento abrange todos os contratos que conferem direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços. A Companhia realizou a análise de todos os seus contratos e identificou como escopo da norma os contratos de arrendamentos das áreas onde estão instaladas suas lojas, seus centros de distribuição e seu centro administrativo. A partir de 01.01.2019, tais contratos de arrendamento foram reconhecidos como um direito de uso do ativo em contrapartida de um passivo de arrendamento. Conforme previsto no pronunciamento, a Companhia aplicou a abordagem de transição simplificada e não irá rerepresentar os valores comparativos do ano anterior à primeira adoção (01.01.2019). Os ativos de direito de uso de arrendamentos foram mensurados ao valor dos passivos de arrendamentos no momento da adoção, acrescidos dos pagamentos antecipados realizados até a data de adoção do CPC 06 (R2). Os efeitos estão divulgados na nota explicativa 12.

### ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23)

A interpretação explica como considerar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. O CPC32 - Tributos sobre o Lucro, especifica como contabilizar os impostos de renda correntes e diferidos, mas não como refletir os efeitos da incerteza. A Companhia avaliou a interpretação e não identificou impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

## 3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

### a) Perda ("impairment") estimada

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas ("impairment") sobre os ativos imobilizados, de acordo com a política contábil apresentada na nota nº 2.9. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

### b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. O imposto de renda e contribuição social ativos são registrados até a extensão de sua recuperabilidade, baseado em projeção de resultados/estimativas da Administração.

c) Perda ("impairment") de ativos financeiros

A Companhia segue as orientações do CPC 48 para determinar quando um ativo financeiro está "impaired". Essa determinação requer um julgamento significativo, conforme apresentado na nota nº 2.5.3. Para esse julgamento, a Companhia avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, e o comportamento do fluxo de caixa de seus ativos através de indicadores de performance avaliados junto a Administração.

d) Vida útil do ativo imobilizado

Anualmente, a Companhia revisa a vida útil de seus ativos imobilizados. Após a primeira análise periódica da vida útil-econômica, a Administração revisa essa vida útil no mínimo a cada exercício, tomando-se por base análise documentada do trabalho efetuado, com o objetivo de solicitar ou não novas avaliações, com regularidade tal que as estimativas de vida útil e valor residual permaneçam válidos em todos os exercícios.

e) Empreendimento controlado em conjunto

A controlada Josema possui controle conjunto sobre o investimento de 50% detido na Crediare. Devido ao fato de a investida estar estruturada sob a forma de sociedade anônima e das partes do acordo possuírem direito aos ativos líquidos da empresa, esse acordo foi classificado como *joint venture* e, dessa forma, contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

#### 4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

##### 4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Administração da Companhia identifica, avalia e se protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

### Risco de mercado

#### a) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado, exceto a Crediare, a qual possui ativos significativos. Para reduzir ou eliminar riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de juros, oriundos da possibilidade de vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus ativos, a Crediare efetua a captação diária de empréstimos (CDI) junto a uma instituição financeira de mercado, efetuando a gestão de seu fluxo de caixa.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Conforme demonstrado na nota nº 13, os empréstimos da Companhia são atrelados ao CDI.

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

#### b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre principalmente de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do varejo e serviços, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades com referência no mercado. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes são liquidadas em dinheiro, financiamento com terceiros ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

Com relação a carteira de cartões de crédito, a Companhia tem como política a realização de operações com administradoras de cartões que possuem um custo atrativo e uma estrutura operacional adequada no que tange a riscos inerentes a fraudes.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha que apresentem um menor custo de captação.

## c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O Departamento de Finanças monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados

	Controladora		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e seis anos
<u>Saldos em 31 de dezembro de 2019</u>			
Empréstimos e obrigações com arrendamento mercantil	49.102	39.621	16.887
Fornecedores e outras contas a pagar (*)	<u>277.684</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>326.786</u>	<u>39.621</u>	<u>16.887</u>
<u>Saldos em 31 de dezembro de 2018</u>			
Empréstimos e obrigações com arrendamento mercantil	19.949	2.173	-
Fornecedores e outras contas a pagar (*)	<u>281.672</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>301.621</u>	<u>2.173</u>	<u>-</u>
	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e seis anos
<u>Saldos em 31 de dezembro de 2019</u>			
Empréstimos e obrigações com arrendamento mercantil	49.102	39.621	16.887
Fornecedores e outras contas a pagar (*)	<u>277.684</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>326.786</u>	<u>39.621</u>	<u>16.887</u>
<u>Saldos em 31 de dezembro de 2018</u>			
Empréstimos e obrigações com arrendamento mercantil	19.949	2.173	-
Fornecedores e outras contas a pagar (*)	<u>281.672</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>301.621</u>	<u>2.173</u>	<u>-</u>

(\*) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do "hedge" das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

#### 4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2019	2018
Total dos empréstimos e arrendamentos (notas nº 12 e 14)	104.980	21.859
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota nº 4)	(22.618)	(9.306)
Dívida líquida	<u>82.362</u>	<u>12.553</u>
Total do patrimônio líquido	374.683	378.646
Total do capital	457.045	391.386
Índice de alavancagem financeira - %	20,66%	3,21%

## 4.3 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Ativos, conforme o balanço patrimonial Valor justo por meio do resultado</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	22.618	9.306
<u>Custo Amortizado</u>		
Contas a receber de clientes e demais contas a receber operações	323.827	295.418
Total	<u>346.445</u>	<u>304.724</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Passivo, conforme o balanço patrimonial Custo amortizado</u>		
Empréstimos e financiamentos	22.715	18.435
Obrigações de arrendamento mercantil (nota nº 12)	81.285	3.423
Fornecedores e outras obrigações	222.855	219.388
Outros Passivos	20.505	12.750
Total	<u>347.360</u>	<u>253.996</u>

## 4.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou "impaired" pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Da operação comercial</u>		
Prestações a receber com financiamento próprio (i)	9.720	11.902
Cartões de crédito (ii)	265.045	258.460
Outros (iii)	4.814	3.307
Contas a receber de crédito direto ao consumidor intermediação bancária (CDCI) (iv)	26.050	20.170
Contas a receber Celesc	14.709	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.441)	(3.670)
Ajuste a valor presente de clientes	(7.653)	(7.595)
Receita não realizada	(5.940)	(10.697)
Total	<u>304.305</u>	<u>271.878</u>

- (i) Financiamentos com maior volume de curto prazo com risco reduzido e provisão de crédito de liquidação duvidosa constituída.
- (ii) Risco de crédito suportado pela administradora dos cartões de crédito, portanto sem risco para a Companhia.
- (iii) Contas a receber com vencimentos de curto prazo com liquidez imediata sem constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa, e com risco reduzido de crédito.
- (iv) Contas a receber intermediado junto a instituição financeira, com maior volume de médio prazo e provisão de crédito de liquidação duvidosa constituída.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
Caixa em espécie	237	255	253	255
Recursos em bancos	7.183	9.050	7.183	9.051
Aplicações financeiras(*)	-	-	15.182	
Total	<u>7.420</u>	<u>9.305</u>	<u>22.618</u>	<u>9.306</u>

(\*) Aplicações financeiras CDB - Certificado de depósito bancário com liquidez imediata.

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	2019	2018
Prestações a receber com financiamento próprio	9.067	11.532
Cartões de crédito	265.045	258.460
Outros	4.814	3.307
Contas a receber de Crédito Direto ao Consumidor Interveniência bancária (CDCI)	26.050	20.170
Contas a receber Celesc	14.708	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.441)	(3.670)
Ajuste a valor presente de clientes	(7.653)	(7.595)
Receita não realizada	(5.939)	(10.697)
Total	303.652	271.878
Parcela não circulante	653	369
	<u>304.305</u>	<u>271.877</u>

a) A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ocorrida no exercício foi como segue:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	2019	2018
Saldos em 1º de janeiro	3.670	1.573
Complemento de provisão para crédito de liquidação duvidosa de contas a receber	6.466	4.453
Baixas efetuadas	<u>(7.695)</u>	<u>(2.356)</u>
Saldos em 31 de dezembro	<u>2.441</u>	<u>3.670</u>

b) A composição da despesa com provisão para créditos de liquidação duvidosa - líquida das recuperações ocorridas no exercício, pode ser assim demonstrada:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	2019	2018
Complemento de provisão	6.466	4.453
Recuperação de créditos de clientes	<u>(819)</u>	<u>(784)</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - líquido das recuperações (nota nº 20)	<u>5.646</u>	<u>3.669</u>

A constituição da provisão com aplicação do percentual sobre a base de vendas financiadas e a baixa da provisão para contas a receber "impaired" foram registradas no resultado do exercício como "Provisão para créditos de liquidação duvidosa". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

As outras classes de contas a receber de clientes e demais não contêm ativos "impaired".

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação desta demonstração financeira é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

c) Ajuste a valor presente de clientes

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo inicial	7.595	8.298
Ajuste a valor presente sobre vendas a prazo e/ou cartão parcelado	25.265	26.119
Realização do ajuste a valor presente	<u>(25.207)</u>	<u>(26.822)</u>
Total	<u>7.653</u>	<u>7.595</u>

Todas as contas a receber não circulantes vencem em até 2 anos a contar da data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2019 havia o montante de R\$1.761 de contas a receber vencidas, para as quais a Companhia não registrou provisão para devedores duvidosos por não apresentarem risco de realização.

A análise de vencimentos das contas a receber vencidas está apresentada abaixo:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Até 30 dias	900	1.576
De 31 a 60 dias	417	923
De 61 a 90 dias	386	772
Acima de 91 dias	<u>2.499</u>	<u>4.304</u>
Total	<u>4.202</u>	<u>7.575</u>

Os vencimentos dessas contas a receber a vencer estão representados abaixo:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Até 3 meses	156.894	143.492
De 3 a 12 meses	143.880	142.403
De 1 a 2 anos	<u>653</u>	<u>369</u>
Total	<u>301.427</u>	<u>286.264</u>

O resumo dos vencimentos das contas a receber (vencidos e a vencer) está representado abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Vencidos	4.202	7.575
A vencer	301.427	286.264
Total	<u>305.630</u>	<u>293.839</u>

## 7. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Estoque de mercadorias para revenda	197.738	239.279
Materiais diversos	1.296	687
Provisão para perdas nos estoques	(710)	(1.179)
Ajuste a valor presente	(3.124)	(2.633)
Total	<u>195.200</u>	<u>236.154</u>

Como mencionado nas notas explicativas 7 e 20, a alteração na sistemática de apuração e registro contábil do ICMS-ST ocasionou uma redução do custo dos estoques adquiridos. A adoção inicial desta nova sistemática implicou em uma redução dos estoques em contrapartida da constituição de créditos de ICMS presumido no montante de R\$28.971.

A Companhia realiza a provisão para perdas nos estoques com base no confronto entre o custo dos produtos e o seu valor médio a mercado descontando os impostos e custos para sua realização.

A movimentação do AVP é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial em 1º de janeiro	2.633	2.959
AVP sobre compras a prazo	14.667	13.686
Realização do AVP	(14.176)	(14.012)
Saldo em 31 de dezembro	<u>3.124</u>	<u>2.633</u>

## 8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora	
	2019	2018
ICMS a Recuperar	15.280	4.329
ICMS Substituição Recalculo	28.971	-
ICMS a Recuperar Ativo Imobilizado	1.156	1.164
INSS a Recuperar	-	4.650
Outros	1.136	3.046
Total	<u>46.543</u>	<u>13.189</u>

	Consolidado	
	2019	2018
ICMS a Recuperar	15.280	4.329
ICMS Substituição Recalculo	28.971	-
ICMS a Recuperar Ativo Imobilizado	1.156	1.164
INSS a Recuperar	-	4.650
Outros	1.192	3.048
Total	<u>46.599</u>	<u>13.191</u>

Os saldos de ICMS a recuperar são decorrentes de parcelas ainda não compensadas geradas

principalmente sobre as aquisições de mercadorias, no montante de R\$2.280. A Companhia

possui também créditos apurados sobre a diferença da base de cálculo presumida em relação a base efetiva de ICMS ST. A partir de março de 2019, em decorrência da publicação do decreto nº 54.308 de 6 de novembro de 2018 do Estado do Rio Grande do Sul, o contribuinte substituído nas operações com mercadorias sujeitas à substituição tributária deve apurar mensalmente o montante de ICMS ST gerado nas aquisições de mercadorias (ICMS presumido), possibilitando o creditamento deste valor, já o montante apurado sobre o valor que foi revendida a mercadoria ao consumidor final (ICMS efetivo) constitui uma obrigação tributária ao contribuinte de efetuar o recolhimento. O impacto desta mudança traz uma redução no custo dos estoques referente a parcela do crédito de ICMS presumido gerado nas aquisições de mercadorias, possibilitando a compensação com o próprio tributo apurado a partir das vendas de mercadorias. Em 31 de dezembro de 2019 a parcela ainda não compensada do ICMS presumido gerada no exercício corrente foi de R\$28.971. A realização destes créditos será efetuada através de compensação com o próprio tributo.

## 9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os saldos de impostos de renda e contribuição social diferidos apresentam-se como segue:

Descrição	Controladora e Consolidado			
	2019			2018
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	610	220	830	1.248
Provisão para contingências	2.691	969	3.660	4.453
Demais provisões temporárias	1.410	508	1.917	2.357
Efeitos da Lei nº 11.638/07:				
AVP clientes	1.914	689	2.603	2.583
AVP fornecedores e estoques	146	52	198	185
Mercadorias não entregues	70	25	94	309
"Impairment"	86	31	117	122
Depreciação e amortização pela vida útil remanescente	(1.383)	(498)	(1.881)	(2.347)
IFRS 16	703	253	957	-
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	8.199	2.952	11.151	2.991
<b>Total</b>	<b>14.446</b>	<b>5.201</b>	<b>19.647</b>	<b>11.901</b>

A estimativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos é como segue:

Ano	Controladora e Consolidado			
	Ativo	Passivo	2019	2018
2019	-	-	-	4.403
2020	6.162	(376)	5.785	4.925
2021 a 2025	15.367	(1.505)	13.862	2.573
<b>Total</b>	<b>21.528</b>	<b>(1.881)</b>	<b>19.647</b>	<b>11.901</b>

Os valores de compensação são os seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
<u>Ativo de imposto diferido</u>		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	12.615	9.315
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	6.162	4.933
<b>Total</b>	<b>21.528</b>	<b>14.248</b>
<u>Passivo de imposto diferido</u>		
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	(1.505)	(1.817)
Passivo de imposto diferido a ser liquidado em até 12 meses	(376)	(530)
<b>Total</b>	<b>(1.881)</b>	<b>(2.347)</b>
<b>Ativo de imposto diferido (líquido)</b>	<b>19.647</b>	<b>11.901</b>

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Em 1º de janeiro	11.901	10.151
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(418)	713
Provisão para contingências	(793)	(276)
Demais provisões temporárias	(440)	(473)
Efeitos da Lei nº 11.638/07:		
AVP clientes	20	(238)
AVP fornecedores e estoques	13	(176)
Depreciação e amortização pela vida útil	466	283
"Impairment" do imobilizado	(4)	(1)
Mercadorias não entregues	(215)	(27)
IFRS 16	957	-
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	8.160	1.945
Em 31 de dezembro	<u>19.647</u>	<u>11.901</u>

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Controladora e Consolidado								Total
	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Provisão para contingências	Demais provisões temporárias	"Impairment" do imobilizado	Mercadorias não entregues	Efeitos da Lei nº 11.638/07 AVP	IFRS 16	Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	
<u>Ativo de imposto diferido</u>									
Em 31 de dezembro de 2017	535	4.729	2.830	123	336	3.182		1.046	12.781
Creditado à demonstração do resultado	713	(276)	(473)	(1)	(27)	(414)		1.945	1.467
Em 31 de dezembro de 2018	1.248	4.453	2.357	122	309	2.768		2.991	14.248
Creditado à demonstração do resultado	(418)	(793)	(440)	(4)	(215)	33	957	8.160	7.280
Em 31 de dezembro de 2019	<u>830</u>	<u>3.660</u>	<u>1.917</u>	<u>118</u>	<u>94</u>	<u>2.801</u>	<u>957</u>	<u>11.151</u>	<u>21.528</u>

Controladora e Consolidado	
Efeitos da Lei nº 11.638/07 - vida útil	
	Total

Passivo de imposto diferido:

Em 31 de dezembro de 2017

(2.630) (2.630)

Debitado à demonstração do resultado

283 283

Em 31 de dezembro de 2018

(2.347) (2.347)

Debitado à demonstração do resultado

466 466

Em 31 de dezembro de 2019

(1.881) (1.881)

## 10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

### a) Informações sobre investimentos

#### Josema

Participações diretas	Ativo	Passivo	Capital Social Realizado	Patrimônio Líquido	Lucro do exercício	Quantidade total de ações / cotas	Participações direta %	Saldo do investimento	Efeito sobre o lucro da controlada	Dividendos propostos
Em 31 de dezembro de 2019	69.827	2.257	43.162	67.570	9.492	35.003.000	100	67.570	9.492	2.254
Em 31 de dezembro de 2018	71.489	2.789	43.162	68.699	11.743	35.003.000	100	68.700	11.743	2.789

## b) Movimentação dos investimentos

	Controladora		
	Josema	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	67.902	1.165	69.067
Aquisição outros investimentos	-	437	437
Resultado da equivalência patrimonial	11.743	-	11.743
Dividendos mínimos obrigatórios	(2.789)	-	(2.789)
Lucros distribuídos	(8.156)	-	(8.156)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	68.700	1.602	70.302
Resultado da equivalência patrimonial	9.492	-	9.492
Dividendos mínimos obrigatórios	(2.254)	-	(2.254)
Lucros distribuídos	(8.368)	-	(8.368)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	67.570	1.602	69.172

	Consolidado		
	Crediare	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	67.985	1.165	69.150
Aquisição outros investimentos	-	437	437
Resultado da equivalência patrimonial	11.758	-	11.758
Dividendos mínimos obrigatórios	(3.057)	-	(3.057)
Lucros distribuídos	(8.257)	-	(8.257)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	68.429	1.602	70.031
Aquisição outros investimentos	-	1	1
Resultado da equivalência patrimonial	9.976	-	9.976
Dividendos mínimos obrigatórios	(9.170)	-	(9.170)
Lucros distribuídos	(22.088)	-	(22.088)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	47.146	1.603	48.749

## c) Participação societária dos investimentos

	Participação - %	
	2019	2018
Josema	100	100
Crediare (*)	50	50

(\*) Participação de forma indireta através da Josema. Josema é sociedade de capital fechado e, por essa razão, não há preço de mercado cotado para suas ações.

## d) Outras informações sobre investimentos

## (i) Josema

A Josema, constituída de acordo com deliberação do Conselho de Administração da Companhia, é uma empresa de capital fechado, que desenvolve atividades de participações no capital de outras sociedades, com capital inicial de propriedade exclusiva e totalmente integralizado pela Lojas Colombo. A Companhia detém o controle da Crediare em conjunto com o Bradesco S.A.

## (ii) Crediare (controlada indireta em conjunto)

A Crediare, instituição financeira privada nacional tem por objeto a prática de operações de crédito, financiamento e investimento, mediante a utilização de recursos próprios e de terceiros. Atua no mercado financeiro voltada basicamente ao crédito direto ao consumidor das vendas parceladas das Lojas Colombo e com empréstimos a pessoas físicas, com utilização de recursos captados junto ao Banco Bradesco S.A.

As demonstrações financeiras da Crediare em 31 de dezembro de 2019 apresentam um ativo total de R\$450.959 e um passivo circulante e não circulante de R\$356.666. As rendas a apropriar produtos de crédito montam a R\$148.641 (2018 - R\$122.902). As rendas de operações de crédito montam a R\$135.747 (2018 - R\$151.908) e são registradas na rubrica "Receita de intermediação financeira", na demonstração do resultado da Crediare.

Abaixo seguem as principais informações das demonstrações financeiras da Crediare (controlada em conjunto):

Ativo	2019	2018
Circulante	312.984	325.153
Não circulante	137.975	136.778
Total do ativo	450.959	461.931
	2019	2018
<u>Passivo e patrimônio líquido</u>		
Circulante	341.382	312.917
Não circulante	15.284	12.154
Patrimônio líquido	94.293	136.860
Total do passivo e patrimônio líquido	450.959	461.931
	2019	2018
<u>Demonstração do resultado</u>		
Receita da intermediação financeira	135.747	151.908
Despesas da intermediação financeira	(13.427)	(13.585)
Receitas operacionais	29.053	32.644
Despesas operacionais	(115.004)	(127.541)
Imposto de renda e contribuição social	(16.417)	(19.908)
Lucro líquido do exercício	19.952	23.518

Em 18 de dezembro de 2019, foi protocolado junto ao Banco Central do Brasil o pedido para alteração de controle societário da Crediare S.A CFI.

## 11. INTANGÍVEL

## a) Composição do saldo

	Controladora e Consolidado		
	Software adquiridos	Direito de utilização de imóveis	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2018	7.347	45	7.073
Aquisições	5.289	-	5.289
Amortizações	(3.070)	(10)	(3.080)
Saldo contábil, líquido	<u>9.566</u>	<u>35</u>	<u>9.601</u>
Em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Custo total	30.040	4.295	34.335
Amortização acumulada	(20.474)	(4.260)	(24.734)
Saldo contábil, líquido	<u>9.566</u>	<u>35</u>	<u>9.601</u>
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2019	9.566	35	9.601
Aquisições	4.922	-	4.922
Amortizações	(4.068)	(10)	(4.078)
Saldo contábil, líquido	<u>10.421</u>	<u>25</u>	<u>10.446</u>
Em 31 de dezembro de 2019	-	-	-
Custo total	34.963	4.294	39.257
Amortização acumulada	(24.541)	(4.269)	(28.810)
Saldo contábil, líquido	<u>10.421</u>	<u>24</u>	<u>10.446</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	18,27	17,03	

## 12. IMOBILIZADO

## a) Composição do saldo

	Consolidado						Total
	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2018	17.443	6.363	10.893	11.289	12.514	2.680	61.182
Aquisições	-	104	3.204	290	2.230	635	6.463
Ajuste ao valor de recuperação ("impairment")	-	-	(9)		1	1	(7)
Alienações	-	(28)	(4)	(646)	(79)	(62)	(819)
Depreciações	-	(83)	(4.036)	(1.589)	(2.931)	(988)	(9.627)
Saldo contábil, líquido	<u>17.443</u>	<u>6.356</u>	<u>10.048</u>	<u>9.344</u>	<u>11.735</u>	<u>2.266</u>	<u>57.192</u>
Em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-	-	-	-
Custo total	17.443	8.432	55.091	17.063	41.056	14.594	153.679
Depreciação acumulada	-	(2.076)	(45.043)	(7.719)	(29.321)	(12.328)	(96.487)
Saldo contábil, líquido total	<u>17.443</u>	<u>6.356</u>	<u>10.048</u>	<u>9.344</u>	<u>11.735</u>	<u>2.266</u>	<u>57.192</u>
Saldo ajuste ao valor de recuperação ("impairment") em 31 de dezembro de 2018	-	-	(204)	-	(152)	(9)	(365)
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2019	17.443	6.356	10.048	9.344	11.735	2.266	57.192
Aquisições	-	1	2.863	4.794	4.884	300	12.842
Alienações	(14.628)	(715)	(548)	(1.080)	(122)	(12)	(17.105)
Depreciações	-	(85)	(3.513)	(1.656)	(2.828)	(796)	(8.878)
Saldo contábil, líquido	<u>2.815</u>	<u>5.557</u>	<u>8.850</u>	<u>11.402</u>	<u>13.670</u>	<u>1.757</u>	<u>44.051</u>
Em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	-	-	-	-
Custo total	2.815	7.718	57.114	19.553	45.203	14.727	147.131
Depreciação acumulada	-	(2.161)	(47.815)	(8.151)	(31.629)	(12.960)	(102.715)
Saldo contábil, líquido total	<u>2.815</u>	<u>5.557</u>	<u>9.299</u>	<u>11.402</u>	<u>13.574</u>	<u>1.768</u>	<u>44.416</u>
Saldo ajuste ao valor de recuperação ("impairment") em 31 de dezembro de 2019	-	-	(179)	-	(172)	(3)	(355)
Saldo contábil, líquido	<u>2.815</u>	<u>5.557</u>	<u>9.120</u>	<u>11.402</u>	<u>13.402</u>	<u>1.764</u>	<u>44.061</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %		7,34	20,00	10,00	23,90	22,22	

## b) Outras informações

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de financiamentos e pagamentos de tributos conforme descrito respectivamente, nas notas nº 13.b) e nº 16.

Em maio de 2019, a Companhia vendeu um terreno localizado em Canoas RS por R\$20.000 com recebimento integral através de crédito de ICMS do RS.

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo a receber de crédito tributário é de R\$13.000 (nota nº 7).

## 13. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

Em 01.01.2019, a Companhia reconheceu ativo de direito de uso e passivo de arrendamentos a pagar em decorrência da adoção das alterações do CPC 06 (R2).

Direito de uso de arrendamentos

Controladora e Consolidado				
	Período de depreciação	Custo	Depreciação	Valor líquido
Arrendamento de Prédios	Até 2025	97.910	(25.473)	72.437
Arrendamento de Prédios	Até 2026	1.654	(220)	1.434
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>99.564</u>	<u>(25.693)</u>	<u>73.871</u>

A mutação do direito de uso de arrendamentos está apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Adoção Inicial	92.846
Ingresso	6.718
Depreciação	(25.693)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>73.871</u>

## a) Arrendamentos a pagar

	Controladora e Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Adoção Inicial	23.696	69.150	92.846
Ingresso	3.719	7.599	11.318
Juros	2.399	4.706	7.105
Transferências	26.264	(26.264)	-
Amortizações	(29.984)	-	(29.984)
Total	<u>26.094</u>	<u>55.191</u>	<u>81.285</u>

## b) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	Valores não descontados	Juros embutidos	Saldo passivo de arrendamento
2021	24.825	(3.513)	21.312
2022	19.293	(2.201)	17.092
2023	14.898	(856)	14.042
2024	2.166	(133)	2.032
2025	636	(30)	606
2026	108	(2)	106
Total	<u>59.095</u>	<u>(6.599)</u>	<u>55.191</u>

## 14. PARTES RELACIONADAS

Transações e saldos

	Controladora										
	2019									2018	
	Crediare	Colombo Motos	Correfar	A.R Colombo	Consórcio Farroupilha	Josema	Banco Bradesco S.A.	Colmagi	Pessoas físicas	Total	Total
<u>Ativo</u>											
Outras contas a receber	4.217	74	-	-	374	-	-	-	-	4.665	4.755
Dividendos a receber	-	-	-	-	-	2.254	-	-	-	2.254	2.789
Total créditos com partes relacionadas	<u>4.217</u>	<u>74</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>374</u>	<u>2.254</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.920</u>	<u>7.544</u>
Caixa e equivalentes	-	-	-	-	-	-	6.300	-	-	6.300	8.515
Contas a receber (*)	11.521	-	-	-	-	-	-	-	-	11.521	15.554
<u>Passivo</u>											
Aluguéis a pagar	-	-	-	76	8	-	-	210	2	297	306
Mútuos	-	-	688	889	-	-	-	5.606	1.313	8.496	9.817
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.817
Total débitos com partes relacionadas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>688</u>	<u>965</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.816</u>	<u>1.315</u>	<u>8.792</u>	<u>11.940</u>
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	12.636	-	-	12.636	13.825
Receitas/despesas	-	-	-	(596)	-	-	-	(1.645)	(18)	(2.260)	-
Despesas com vendas e administrativas	22.267	721	-	-	1.773	-	-	-	-	24.761	25.072
Receitas (despesas) financeiras	(47)	-	(56)	37	-	-	-	246	34	214	(763)

As despesas administrativas das operações realizadas com a Crediare e a Consórcio Farroupilha referem-se, principalmente, a despesas de natureza corporativa e de infraestrutura operacional, apuradas pelo valor de custo, sem adição de margem de lucro, de acordo com a efetiva utilização destes recursos pelas Instituições.

As contas a pagar de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações passivas de recebimentos de CDC e aluguéis de lojas e não estão sujeitas a juros e a prazos de vencimentos determinados.

(\* ) Corresponde a contas a receber de cartões de crédito e outros recebimentos, não sendo tratados como partes relacionadas por referirem-se a saldo de repasses de terceiros relacionados com a atividade da Companhia, bem como não são eliminados do consolidado.

	Consolidado									2018	
	2019										
	Crediare	Colombo Motos	Correfar	A.R Colombo	Consórcio Farroupilha	Josema	Banco Bradesco S.A.	Colmagi	Pessoas físicas	Total	Total
<b>Ativo</b>											
Outras contas a receber	4.217	74	-	-	374	-	-	-	-	4.665	4.755
Dividendos a receber	-	-	-	-	-	7.425	-	-	-	7.425	3.057
<b>Total créditos com partes relacionadas</b>	<b>4.217</b>	<b>74</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>374</b>	<b>7.425</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.090</b>	<b>7.812</b>
Caixa e equivalentes	-	-	-	-	-	-	6.300	-	-	6.300	8.515
Contas a receber	11.521	-	-	-	-	-	-	-	-	11.521	15.554
<b>Passivo</b>											
Aluguéis a pagar	-	-	-	76	8	-	-	210	2	297	306
Mútuos	-	-	688	889	-	-	-	5.606	1.313	8.496	9.817
Contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.817
<b>Total débitos com partes relacionadas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>688</b>	<b>965</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.816</b>	<b>1.315</b>	<b>8.792</b>	<b>11.940</b>
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	12.636	-	-	12.636	13.825
Receitas/ despesas	-	-	-	(596)	-	-	-	(1.645)	(18)	(2.260)	
Despesas com vendas e administrativas	22.267	721	-	-	1.773	-	-	-	-	24.761	25.072
Receitas (despesas) financeiras	(47)	-	(56)	37	-	-	-	246	34	214	(763)

Consolidado

A Companhia é controlada pela A.R. Colombo Administração e Participações S.A. (constituída no Brasil), que detém 97,4185% das ações da Companhia. Os 2,5815% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

As operações de captação através de depósitos interfinanceiros realizadas entre o Bradesco e suas partes relacionadas são efetuadas em condições de prazos e remuneração normais de mercado.

As despesas administrativas das partes relacionadas com a Lojas Colombo referem-se, principalmente, às despesas de natureza corporativa e de infraestrutura operacional, as quais são apuradas pelo valor de custo, sem adição de margem de lucro, de acordo com a efetiva utilização destes recursos pelas partes relacionadas.

As despesas de aluguel da Companhia com partes relacionadas são remuneradas de acordo com o faturamento das respectivas lojas.

Não existem compra e venda de produtos e serviços entre partes relacionadas.

As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações ativas de CDC e ressarcimento de despesas.

As contas a pagar a partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações passivas de recebimentos de CDC e aluguéis de lojas. As contas a pagar não estão sujeitas a juros e a prazos de vencimentos determinados.

## a) Remuneração da Administração

A remuneração da Administração inclui os conselheiros e diretores. O valor dos honorários pagos ou a pagar até 31 de dezembro de 2019 foi de R\$2.291 (R\$2.565 em 31 de dezembro de 2018).

## b) Empréstimos com partes relacionadas

	<u>Controladora</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Em 1º de janeiro	9.817	10.382
Empréstimos efetuados durante o exercício	562	550
Juros (nota nº nº 21)	568	619
Amortização de principal	(1.698)	(1.136)
Amortização de juros	(753)	(598)
Em 31 de dezembro	<u>8.496</u>	<u>9.817</u>

## 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
<u>Circulante</u>		
Capital de giro (0,63% a.m.)	22.715	18.436
Empréstimos	-	1.276
Total	<u>22.715</u>	<u>19.712</u>
<u>Não circulante</u>		
Empréstimos	980	2.146
Total	<u>980</u>	<u>2.146</u>
Total de empréstimos	<u>23.695</u>	<u>21.858</u>

- a) Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos não circulantes apresentam a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado	
Ano de vencimento	2019	2018
2020	-	1.166
2021	641	776
2022	339	204
Total	<u>980</u>	<u>2.146</u>

## 16. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro estava constituída a provisão para riscos relativos às perdas prováveis estimadas com as ações em curso, como segue:

- a) Trabalhistas, previdenciárias e cíveis

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Em 1º de janeiro	13.097	13.910
Debitado à demonstração do resultado/provisões adicionais	224	3.378
Usado durante o exercício (baixa)	(2.559)	(4.191)
Em 31 de dezembro	<u>10.762</u>	<u>13.097</u>
(-) Baixa de Depósitos judiciais relacionados ao passivo não circulante	<u>(4.768)</u>	<u>(4.043)</u>
Provisão para contingências - passivo não circulante	<u>5.994</u>	<u>9.054</u>
Depósitos judiciais relacionados totais	13.846	14.414
(-) Baixa de Depósitos judiciais relacionados ao ativo não circulante	<u>(4.768)</u>	<u>(4.043)</u>
Depósitos judiciais - ativo não circulante	<u>9.078</u>	<u>10.371</u>

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Contingências trabalhistas e previdenciárias: correspondem a R\$9.049 em 31 de dezembro de 2019 (R\$11.300 em 31 de dezembro de 2018) e consistem, principalmente, em reclamações de empregados.
- Ações cíveis: as principais ações estão relacionadas a ações judiciais movidas contra a Companhia por clientes. O encargo de provisão é reconhecido no resultado em "Despesas administrativas". Na opinião de nossos consultores jurídicos, após análise jurídica apropriada, o resultado dessas ações judiciais não originará nenhuma perda significativa além dos valores provisionados em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$1.713 (R\$1.797 em 31 de dezembro de 2018).

b) Contingências possíveis

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios no montante de R\$10.705 na área trabalhistas, R\$4.401 na área cíveis e de R\$38.688 na área tributária.

## 17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora	
	2019	2018
PIS e COFINS	7.434	6.540
ICMS	10.845	8.568
Obrigações sociais	5.039	5.103
Outros	368	68
Total	<u>23.686</u>	<u>20.279</u>
	Consolidado	
	2019	2018
PIS e COFINS	7.437	6.540
ICMS	10.845	8.568
Obrigações sociais	5.039	5.103
Outros	368	68
Total	<u>23.689</u>	<u>20.279</u>

## 18. TRIBUTOS PARCELADOS

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Parcelamento	<u>20.269</u>	<u>21.864</u>
Total	<u>20.269</u>	<u>21.864</u>
(-) Circulante	2.375	2.346
Não circulante	17.894	19.518

Em 7 de outubro de 2011, a Companhia recebeu lançamento fiscal de IRPJ e CSLL, que teve como base principal o ganho de capital incorrido quando da venda de participação de 50% da Credifar (atualmente Crediare), através de integralização de capital na controlada Josema. Em 2013 a empresa aderiu a reabertura do PAES, com base na Lei 12.865/13, com relação a débitos da referida operação e adicionalmente, em 2014, aderiu ao PAES com base na Lei no 12.996/14, relacionado a um débito de PIS e COFINS.

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

O capital social estava composto em 31 de dezembro de 2019 e 2018 por 4.061.348 ações, sendo 3.519.986 ações ordinárias e 541.362 ações preferenciais, sem valor nominal.

### b) Distribuição de resultados

O lucro líquido do exercício terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da reserva legal; (ii) dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado; (iii) reservas estatutárias de 15% para reserva para compra de próprias ações, não podendo exceder a 10% do capital social, e reserva para futuro aumento de capital, não podendo exceder a 60% do capital social; e (iv) atingidos os limites das reservas anteriores, o respectivo saldo deverá ser destinado à capitalização.

Foram computados lucros acumulados, da seguinte forma:

#### Em 31 de dezembro de 2018

Reversão de dividendos não pagos	1.894
Lucro do exercício	9.554
Transferência para reserva legal (5%)	(478)
Subvenção para investimentos	(1.806)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos (25%)	<u>(1.817)</u>
Transferência para reserva de retenção de lucros	<u>(7.347)</u>

#### Em 31 de dezembro de 2019

Reversão de dividendos não pagos	1.770
Prejuízo do exercício	<u>(5.732)</u>
Absorção de prejuízo com reserva de retenção de lucros	<u>3.962</u>

A Companhia incorporou ao patrimônio líquido a reversão dos dividendos de R\$1.770 em 30 de abril de 2019 (2.117 em 30 de abril de 2018), conforme Assembleia geral ordinária.

## 20. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	<u>Controladora</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia de operações continuadas	(5.732)	9.554
Quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas (milhares)	<u>4.061</u>	<u>4.061</u>
Lucro básico por ação de operações continuadas	<u>(1,41)</u>	<u>2,35</u>

Não foi calculado o lucro diluído por ação, visto que a Companhia não possui as ações potenciais com efeito de diluição.

## 21. RECEITA

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
<u>Receita bruta de vendas</u>		
Vendas de mercadorias	1.487.613	1.437.226
Prestação de serviços	11.568	10.519
Receitas da intermediação financeira	25.207	26.822
Total	<u>1.524.387</u>	<u>1.474.567</u>
<u>Deduções</u>		
Impostos e contribuições	(331.071)	(221.456)
Devoluções e abatimentos	<u>(29.998)</u>	<u>(29.654)</u>
Total das deduções	<u>(361.069)</u>	<u>(251.110)</u>
Receita líquida de vendas	<u>1.163.319</u>	<u>1.223.457</u>

A partir de março de 2019 como resultado de alterações na legislação do ICMS-ST do Rio Grande do Sul, (decreto nº 54.308/2018), o contribuinte substituído apura e toma periodicamente o crédito presumido de ICMS-ST nas compras de mercadorias sujeitas à substituição tributária. A mudança no tratamento contábil dado ao crédito ocasiona um impacto no sentido de reduzir o custo do estoque adquirido e de aumentar o valor do ICMS-ST devido, que passa a ser registrado pelo valor bruto. A alteração ocasionou, no ano corrente, aumento no valor de impostos incidentes sobre vendas no montante de R\$104.204.

## 22. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas com pessoal e encargos	(150.950)	(152.118)	(150.950)	(152.118)
Encargos de depreciação, amortização	(38.323)	(12.704)	(38.323)	(12.704)
Despesas com aluguel	(6.543)	(32.595)	(6.543)	(32.595)
Despesas com propaganda	(24.035)	(21.955)	(24.035)	(21.955)
Remuneração dos administradores (nota nº 12)	(2.291)	(2.565)	(2.291)	(2.565)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das recuperações (nota nº 6(b))	(5.646)	(3.669)	(5.646)	(3.669)
Despesas com tarifas de cartões	(14.840)	(14.668)	(14.840)	(14.668)
Despesas com manutenção	(21.850)	(20.924)	(21.850)	(20.924)
Despesa com água, energia elétrica e telefone	(7.882)	(7.446)	(7.882)	(7.446)
Remuneração prestação de serviços a terceiros	(39.317)	(36.052)	(39.701)	(36.052)
Impostos, taxas e contribuições	(8.685)	(8.451)	(9.050)	(8.451)
Despesas cíveis e trabalhistas	(8.652)	(8.873)	(8.652)	(8.873)
Outras despesas, líquidas	(3.819)	(4.800)	(3.822)	(4.815)
Custo das mercadorias vendidas	<u>(860.496)</u>	<u>(915.884)</u>	<u>(860.496)</u>	<u>(915.884)</u>
Total	<u>(1.193.330)</u>	<u>(1.242.704)</u>	<u>(1.194.082)</u>	<u>(1.242.719)</u>
Custo das mercadorias vendidas	(860.496)	(915.884)	(860.496)	(915.884)
Despesas com vendas	(180.249)	(172.349)	(180.249)	(172.349)
Despesas administrativas	(152.584)	(154.471)	(153.335)	(154.486)

## 23. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Receitas financeiras</u>				
Juros recebidos ou a receber	413	490	413	490
Rendimento aplicações financeiras	39	1.476	308	1.476
Variação monetária de ativa (*)	1.543	4.231	1.543	4.231
Descontos obtidos	<u>1.260</u>	<u>695</u>	<u>1.260</u>	<u>695</u>
Total	<u>3.255</u>	<u>6.892</u>	<u>3.524</u>	<u>6.892</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros sobre empréstimos e arrendamentos	(9.023)	(1.050)	(9.023)	(1.000)
Juros sobre débitos com partes relacionadas	(568)	(619)	(568)	(669)
Juros sobre parcelamento de tributos (nota nº 16)	(795)	(944)	(795)	(944)
Descontos concedidos	<u>(541)</u>	<u>(724)</u>	<u>(541)</u>	<u>(724)</u>
Total	<u>(10.927)</u>	<u>(3.337)</u>	<u>(10.927)</u>	<u>(3.337)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(7.672)</u>	<u>3.555</u>	<u>(7.403)</u>	<u>3.555</u>

(\*) Valores correspondentes à variação monetária ativa em 2018 tem em sua maior parte o montante de R\$1.920 referente a atualização de crédito de INSS e R\$2.178 referente atualização de crédito de ICMS, registrados no ano de 2018.

## 24. OUTROS GANHOS (PERDAS), LÍQUIDOS

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas com marketing	850	912
Aluguéis terceiros	149	188
Receita prestação de serviços	7.226	3.633
Créditos tributários (*)	890	2.937
Bonificação recebidas de fornecedores - financeiro	113	21
Receita Subvenção Investimentos	518	1.806
Outras	<u>4.967</u>	<u>2.256</u>
Outros ganhos (perdas), líquidos	<u>14.713</u>	<u>11.753</u>

(\*) Referente a ganhos tributários, com trânsito em julgado, em sua maior parte referente a FINSOCIAL no montante de R\$809 registrados em 2019 (INSS no montante de R\$2.720 registrado em 2018).

## 25. DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Imposto diferido</u>				
Créditos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais	<u>7.746</u>	<u>1.750</u>	<u>7.746</u>	<u>1.750</u>
Resultado de imposto de renda e contribuição social	<u>7.746</u>	<u>1.750</u>	<u>7.746</u>	<u>1.750</u>

A conciliação de despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e do imposto de renda	(13.478)	7.804	(13.478)	7.804
<u>Adições (exclusões) permanentes</u>				
Resultados de subsidiárias por equivalência patrimonial	(9.492)	(11.743)	(9.492)	(11.758)
Outras adições permanentes, líquidas	189	(1.207)	189	(1.192)
Base de cálculo	(22.781)	(5.146)	(22.781)	(5.146)
Alíquota fiscal combinada - %	34	34	34	34
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(7.746)</u>	<u>(1.750)</u>	<u>(7.746)</u>	<u>(1.750)</u>

## 26. SEGUROS

As coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2019 foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

	<u>Importâncias seguradas</u>
Responsabilidade civil	1.000
Compreensivo empresarial	614.126
Veículos	360

## 27. COMPROMISSOS

### Avais concedidos

A Companhia apresentou aval em empréstimos tomados pelas empresas do Grupo, com saldo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$15.582 para Colombo Motos S.A. e o montante de R\$7.711 para Uniaero Cooperativa dos Usuários de Aeronave.

## 28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde o início de janeiro de 2020, o surto de coronavírus, que é uma situação em rápida evolução, impactou adversamente as atividades econômicas globais. A referida pandemia já demonstrou ter impactos relevantes, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais, criação de condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global, podendo afetar a disponibilidade de determinadas mercadorias comercializadas pela Companhia. Adicionalmente, o aumento significativo dos casos de COVID-19 nas regiões do Brasil onde a Companhia opera, em conjunto com as medidas adotadas para contenção do surto e preservação do bem estar e saúde de seus colaboradores, resultaram no fechamento temporário de suas lojas físicas. A Companhia vem adotando uma série de medidas visando mitigar os impactos gerados pelo COVID-19 em suas operações: (i) medidas de preservação de caixa; (ii) aprimoramento do canal online; (iii) emprego de home office para trabalhadores, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes. Não obstante, neste momento, a Administração da Companhia não consegue prever ou estimar com precisão a magnitude dos impactos adversos gerados pelo COVID-19 nas suas operações e, conseqüentemente, em suas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia está monitorando os avanços dos impactos relacionados ao coronavírus e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações de organizações globais de saúde, governos relevantes e melhores práticas gerais de resposta a pandemia.

---